

# 3

---

## O espaço urbano

As descrições expostas sobre a urbanização em Moçambique mostram que os espaços urbanos actuais reproduzem a configuração da cidade colonial – uma paisagem urbana que, segundo a análise convencional, teria uma característica dual, ou ainda, que existem duas ou mais cidades dentro da mesma cidade! – no que se refere às diferenças espaciais produzidas pela prática sócio-espacial urbana. Nesse contexto, e a partir de modelos estrutural-funcionalistas, Araújo (2003) argumenta que:

As transformações ocorridas nestes espaços depois da independência nacional não eliminaram a dualidade económica, social e de organização territorial, pois a principal alteração foi apenas demográfica [...]. A *cidade de cimento* mantém-se com as mesmas características, mas mais degradada em termos de infraestruturas e serviços. Ela apenas deixou de ser *branca*, mas não deixou de segregar a área suburbana (a *cidade de caniço*). Esta, por seu lado, manteve, e até agudizou, as características de precariedade e de espaço excluído, mas, ao mesmo tempo, adquiriu outras facetas resultantes do impacto dos fluxos migratórios [...]. (Araújo 2003:169)

O modelo proposto por Araújo (2003) para as cidades em Moçambique é constituído por três manchas circulares concêntricas distintas – onde a terceira mancha resultaria da subdivisão da “antiga cidade de caniço” em dois anéis: o primeiro com características da antiga cidade de caniço, mas onde o caniço começa a ser substituído por cimento e; o segundo resultante do aumento da área administrativa da cidade (incluída aí a reclassificação das áreas rurais) e que comporta elementos de ruralidade. A análise refere que “as condições de urbanização e sócio-económicas se degradam do centro para a periferia” (Araújo 2003:170).

A abordagem de Araújo (2003) sobre os espaços urbanos em Moçambique – a qual deriva da suposição de que a cidade conteria duas ou mais cidades – e os modelos daí produzidos têm a sua relevância descritiva; no entanto, não permite apreender que as variações espaciais no meio urbano reflectem as desigualdades e contradições vigentes na sociedade moçambicana.

A dualidade espacial tem que ser entendida como resultado de práticas sócio-espaciais que emanam da penetração de uma sociedade e economia mercantil e industrial europeia numa sociedade com economia, predominantemente, agrícola africana. Daí que os dois ou três anéis, no modelo de Araújo (2003), constituem áreas articuladas – inseridas diferencialmente no espaço globalizante, a cidade, por meio de estratégias de inclusão/exclusão, segregação social, diferenciação funcional e residencial –, segundo a hipótese deste trabalho, para a reprodução das relações sociais vigentes numa sociedade em que as desigualdades sociais estão baseadas na unidade entre o poder político e a riqueza: determinantes do acesso aos recursos e da estratificação social.

O modelo dos anéis concêntricos, proposto por Araújo (2003), apesar de descrever áreas com base nas diferenças produzidas pela composição da população, ocupação ou actividade económica, qualidade de vida, tipo e qualidade de habitação, não explica como e por que tais diferenças surgem no espaço. A impressão é que os habitantes da cidade agem de maneira autónoma, segundo suas vontades e têm um controle sobre as imposições da vida quotidiana a que estão sujeitos – aí as diferenças espaciais na cidade aparecem como produto ou do comportamento autónomo dos indivíduos ou duma força impessoal.

A reflexão aponta para a compreensão das diferenças espaciais, e não da dualidade, a partir de uma análise dialéctica em que para além das formas e conteúdos entram em foco as lógicas que integram e conformam as variações espaciais, pois as diferentes áreas descritas encontram-se articuladas numa mesma lógica – aquela da acumulação de riqueza e de capital e, consequentemente, da reprodução das relações sociais vigentes.

A expansão urbana actual tende para a redução da antiga oposição cidade-campo, produzindo um composto rural-urbano. Assim, as categorias clássicas de descrição e análise urbanas encontram aí, ao que parece, o seu limite. Nesse contexto, a aplicação de critérios morfológicos, funcionais ou sócio-culturais, na análise da cidade não permite apreender o fenómeno urbano na sua totalidade, pois a cidade enquanto lugar da reprodução da vida está em relação, maior ou menor, com o espaço que a entorna, com outras cidades e eventualmente com outros espaços longínquos. Urge, portanto, a necessidade de um plano de análise em que a cidade não seja reduzida aos objectos urbanos ou à uma combinação de funções.

A divisão social do espaço pode ser apreendida a partir da repartição dos homens, grupos e actividades no espaço, da qualificação social dos espaços e da construção e interpretação de formas espaciais. Por isso, o espaço urbano aparece como o lugar onde se desenvolve uma divisão social exigida pelas funções da produção e da troca; e por isso, onde os mecanismos de apropriação, de construção e de afectação do solo estão directamente ligados às relações de produção e à organização social no seu conjunto. Os princípios de distinção social, de qualificação dos espaços, o seu carácter mais ou menos atractivo ou repulsivo, o valor de prestígio revelam antes as relações sociais derivadas ou por vezes desviadas (Roncayolo 1990:91).

Nos países do Terceiro Mundo, e Moçambique em particular, a expansão urbana insinua-se, dentro das linhas de descontinuidade desses países, entre uma ocidentalização (antes inspirada pela colonização e depois pelo Estado Moderno) e um direito local, mais variado, múltiplo e complexo. O crescimento das cidades parece obedecer a um ritmo sem relação, e frequentemente em contradição, com o suporte económico e a possibilidade de integrar socialmente os efeitos da urbanização. Assim, os mecanismos do crescimento urbano e as suas relações com a economia permeiam fenómenos de dependência ou de dualismo (op. cit.: 218-223).

O dualismo surge da manutenção de diferenças nas margens de uma homogeneização do espaço, quer como resistências quer como externalidades – testemunhadas pelas periferias constituídas pelos subúrbios (de habitat precário e espontâneo) e pelas áreas rurais incluídas nos limites da cidade de Nampula, onde predominam práticas ditas rurais e ou informais; espaços que cedo ou tarde são absorvidos pela centralidade e pelas potências homogeneizantes, mas que actualmente persistem, mostrando a incapacidade da centralidade e da normalidade em integrar, recuperar ou eliminar as diferenças. Diferenças que se caracterizam, entre outras, por uma ocupação do solo dispersa, devida à proximidade entre espaço residencial e espaço produtivo; pela actividade agrícola e produção não destinada ao mercado; pela prevalência do direito costumeiro no acesso à terra; pela auto-construção da habitação (a partir de material dito local); pelas relações de troca e de ajuda mútua baseadas na auto-confiança e na vizinhança; em suma, práticas sócio-espaciais que caracterizam uma vida muito intensa em que a apropriação atinge um nível muito assinalável.

A vida social das periferias é transposta para o nível da paisagem urbana. A arquitectura espontânea e o planeamento, dito local, das periferias confrontam-se com a organização do espaço feita pelos especialistas que efectivamente transladam a ordem social para a realidade territorial e que concorrem para a manutenção da normalidade dum arquitectura, incluindo actividades

económicas e serviços ditos modernos e que revelam o predomínio da propriedade privada, exacerbado aqui pela tendência em transformar o solo urbano em mercadoria. No entanto, nesse confronto alguns elementos característicos da vida do campo permanecem provavelmente resistindo às forças da homogeneização, enquanto outros são redefinidos e adaptados ao contexto urbano. É assim, que o processo de homogeneização cria na paisagem da cidade de Nampula, tal como nas cidades do Terceiro Mundo, o que se designa correntemente por dualidade espacial. Mas:

[..] a dualidade significa contradição e conflito: um conflito que surge quer duma emergência de diferenças imprevistas ou da sua própria absorção, na qual apenas diferenças induzidas brotam [...]; uma dualidade conflitual, que é um estado transitório entre oposição e contradição/transcendência, nunca termina. Ela pode sustentar-se, contudo, em torno de um 'equilíbrio' considerado óptimo por uma ideologia particular (Lefebvre 1990:374).

Em suma, a apreensão do fenómeno urbano aqui sugerida, permite captar não apenas as relações de produção e de classe, mas também, o facto de a cidade de Nampula, como outras cidades em Moçambique, ser caracterizada pela simultaneidade de dinâmicas inerentes à economia camponesa, mercantil e industrial colonial e à economia capitalista moderna vigente – uma simultaneidade que se projecta no espaço urbano.

### **A noção de (re)produção no estudo da cidade: a vida quotidiana**

A produção do espaço na cidade de Nampula é um processo que envolve contradições, pois, o Estado promove estratégias que tendem para a produção de um espaço homogéneo e global, de propriedade pública, mas que se revela fragmentado - porque parcelado -, vendido e, por isso, privado. A produção espacial é caracterizada por diferenças no acesso ao solo urbano derivadas, fundamentalmente, das desigualdades da distribuição da riqueza e das tramas sociais que o poder político e os sistemas de parentesco engendram. Desse modo, o espaço produzido é a expressão das "contradições que estão na base de uma sociedade de classes e manifesta a segregação decorrente das formas de apropriação da terra que têm sua lógica no desenvolvimento desigual das relações sociais dentro da sociedade". Assim, a paisagem urbana, enquanto forma de manifestação do espaço urbano, revela o processo de produção desse espaço:

Enquanto forma de manifestação do urbano, a paisagem urbana tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial, o que implica ir além da aparência; essa perspectiva da análise já introduziria os elementos da discussão do urbano entendido enquanto processo e não apenas

enquanto forma. A paisagem de hoje guarda momentos diversos do processo de produção espacial, os quais fornecem elementos para uma discussão de sua evolução da produção espacial, e do modo pelo qual foi produzida (Carlos 1992:36).

As reflexões expostas permitem reconhecer que o espaço urbano revela diferenças que surgem nas margens dum domínio homogeneizado em forma de resistências ou de externalidades. No processo homogeneizante, o diferente é excluído - mas pode mais tarde ser absorvido pelo centro ou pela homogeneização.

Na cidade de Nampula, a reclassificação das áreas rurais responde estrategicamente às novas necessidades da acumulação do capital. No que concerne à reprodução do capital, o consumo dos produtos da indústria é ampliado para áreas com uma economia camponesa, de subsistência, que passam a estar integradas no mercado urbano. Por outro lado, a integração de áreas agrícolas na cidade permite transferir continuamente a reprodução da força de trabalho para os quadros do grupo domiciliar - cuja actividade económica principal é um misto entre a agricultura e o comércio não oficial - com vista a manter baixos salários no mercado de trabalho. Portanto, a cidade aparece, aqui, como lugar da reprodução da vida - num movimento que tende a reproduzir um espaço apropriado para a acumulação de riqueza e de capital.<sup>1</sup>

Nesse contexto, a reflexão coloca a noção de (re)produção como categoria central na análise espacial da cidade. Com a integração da cidade histórica pelo capitalismo, incorporação dos espaços antes desocupados à troca, transformação do espaço social e político em real e operacional, dado e instrumento, necessidade e virtualidade, o espaço inteiro tornou-se fundamental para a reprodução das relações dominantes, para a produção e o consumo. O espaço, incluindo a cidade, "aparece enquanto condição, meio e produto da reprodução social", revelando uma prática socio-espacial legitimada pelo Estado (Carlos 2004:19-20).

"[...] a noção de reprodução, saída do desenvolvimento da noção de produção, revela o fato de que não se trata apenas e tão somente do universo da produção de mercadorias, que embasa a idéia de cidade enquanto concentração, uma vez que o crescimento econômico e a industrialização caminham no sentido de que a concentração da população acompanha a concentração dos meios de produção, mas refere-se ao fato de que o modo de produção capitalista, em seu movimento de realização, revela uma reprodução mais ampla. Nesse plano, o processo refere-se à cidade de modo integral (Carlos 2004:21).

Ora, é no plano do quotidiano que a análise permite captar as contradições e os conflitos que se materializam no espaço. Os conflitos entre "a imposição de

novos modelos culturais e de comportamento [...] invadidos pelo mundo da mercadoria, estabelecida no plano mundial, e as especificidades da vida no lugar com a persistência de antigas relações”.

Por isso:

As novas condições de existência se realizam desigualmente pela criação de uma rotina organizada (no espaço e no tempo) da vida cotidiana, transformando radicalmente a sociabilidade, posto que produz transformações nos usos do espaço, empobrecendo a vida à medida que as relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações profissionais ou institucionais. Por sua vez, o tempo se acelera em função do desenvolvimento da técnica – que requer a construção de novos espaços – que vai modificando as relações dos habitantes com o lugar e no lugar, redefinindo a prática sócio-espacial (Carlos 2004: 21-22).

A operacionalização da propriedade privada implica divisão e parcelamento da cidade, culminando com uma profunda desigualdade nos processos de produção do espaço urbano “que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana inicialmente revelada no ato de morar, que coloca o habitante diante da existência real da propriedade do solo urbano”. É assim que a apropriação do espaço – produzido segundo as necessidades da acumulação do capital – “liga-se cada vez mais à forma mercadoria”. Assim, o espaço entra no circuito da troca gerando fluxos de capitais entre diversos sectores económicos; isso ocorre através de alterações de usos e funções dos lugares numa lógica de ordenamento e direccionamento da ocupação. Daí, o espaço é fragmentado e trocado numa tendência homogeneizante e segundo uma lei do reprodutível. De modo que, “homogênea, a fragmentação do espaço da cidade também revela a hierarquização dos lugares e das pessoas como articulação entre morfologias espacial e social. Essa estratificação revela as formas da segregação urbana” (Carlos 2004:23).

Portanto, a reflexão remete para o estudo da vida quotidiana que com suas múltiplas actividades, cria as formas, a dinâmica do fenómeno e o seu conteúdo. Um procedimento que permite perceber o processo de (re)produção espacial e o seu conteúdo através e a partir da paisagem urbana, uma vez que:

O processo de produção do espaço fundamentado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza primeira e segunda implica o entendimento de vários relacionamentos: sociais, políticos, ideológicos, jurídicos, culturais. Envolve um modo de produzir, pensar, sentir – logo um modo de vida (Carlos 1992:34).

Na análise das persistências e transformações das ruralidades em Nampula, o quotidiano emerge para reflexão, pois a economia colonial e a urbanização impuseram um modelo de vida dominado por uma linearidade que introduziu transformações num modo de vida anteriormente regulado pelo tempo cíclico. Lá onde:

Salvo durante catástrofes [...] esta vida de todos os dias era regulada pelos costumes que organizavam até a divisão do trabalho por idades e sexos. O espaço e o tempo entravam numa ordem: o calendário, os territórios. A vida quotidiana desenvolvia-se, portanto, tradicionalmente dentro de quadros bem definidos: a aldeia, a comunidade territorial, o quarteirão, as ocupações e as festas, a agricultura e o artesanato, etc.<sup>2</sup> (Lefebvre 1986:104).

Com a expansão do mundo da mercadoria, os limites e o ambiente do quotidiano explodem quer no espaço, quer no tempo: a quotidianidade instala-se, instaura-se e se institui:

Diz-se às diversas categorias de pessoas o que elas devem fazer e como devem viver nas condições em que vivem e em função dos seus diversos parâmetros (recursos, idades, saúde, datas e lugares). O quotidiano é previsto até o mínimo detalhe como uma trajectória, ou antes, como um grupo de probabilidades. [...] Assim, estabelece-se, fora dos lugares de trabalho (empresas), dentro do espaço urbano, certo número de ocupações e relações, das quais depende a vida laboral nas empresas.<sup>3</sup> (Lefebvre 1986:105)

A análise das rotinas diárias indica que há uma tendência para um domínio cada vez crescente do tempo linear sobre o tempo cíclico na vida quotidiana. Todas as actividades diárias tendem a ser enquadradas em função das actividades ditas formais ou convencionais que conformam a economia urbana. Tais rotinas procuram distinguir as actividades circunscritas à esfera doméstica (construir ou fazer arranjos da casa, cultivo ou colheita de produtos agrícolas, produção artesanal de bebidas alcoólicas) daquelas fora dela (emprego formal). As observações de campo revelaram, por um lado, que as rotinas da população integrada na economia urbana convencional obedecem a uma linearidade que ordena as actividades diárias em função do emprego: acordar-higiene pessoal-serviço/emprego-descanso-dormir, ou seja, casa-serviço/emprego-casa. Onde a casa/habitação desempenha apenas a função residencial. Por outro lado, a população que se ocupa nas actividades não-reguladas tem uma rotina que varia em função dos imperativos do dia-a-dia e das necessidades do grupo

familiar. A casa ou o espaço residencial desempenha, nestes casos, múltiplas funções (residencial e produtiva).

### **O “mundo” do trabalho**

Como resultado de uma urbanização com uma base económica fraca e dependente, a incorporação dos camponeses, já semi-proletarizados, na cidade de Nampula não é acompanhada por um aumento de empregos na cidade. Por isso, a sobrevivência dos grupos domiciliares continua ligada à vida agrícola. A agricultura é praticada em todas as espécies de terreno: para construção, mas ainda por parcelar; fisicamente não parceláveis e deixados vagos; inundáveis e baldios por explorar e no entorno das habitações. A actividade agrícola passa, assim, a constituir a base da reprodução dos grupos domiciliares na cidade ao produzir alimentos para subsistência, mas também, ao garantir produtos para comercialização nos mercados urbanos – daí a importância da agricultura nas cidades em África, e particularmente em Nampula.

A disparidade entre a procura e a oferta de emprego na cidade faz com que uma parte significativa da população viva de expedientes (pequeno artesanato, comércio de super-retalho) ou se empregue em serviços domésticos. O que explica, de acordo com Douglass (1992), o facto de que as tentativas para tornar sustentável a economia do grupo domiciliar envolvam frequentemente esforços para criar uma gama de relacionamentos externos, tais como a participação em redes comunitárias de troca, protecção das relações patrão-cliente com agentes económicos de pequena escala (ex: comerciantes, pequenos empreiteiros) e trabalho com pequenas quantidades de mercadoria em pequenos sectores colectivos da economia da cidade.

É assim que alguns autores (Hornby 1991; Santos 1979) referem que nas cidades dos países do Terceiro Mundo, como é o caso da cidade de Nampula, a dificuldade em providenciar oportunidades de emprego para a população resulta na evolução de estruturas económicas, de alguma forma, muito diferentes das concebidas ou percebidas originalmente, isto é, de tipo ocidental (aquelas derivadas da industrialização). De um lado as áreas centrais provêm empregos – no comércio retalhista, na função pública e na indústria ligeira - actividades ditas formais e semelhantes às das cidades ocidentais –; em oposição, nas áreas periféricas desenvolvem-se actividades ditas informais – aquelas que não são reguladas pelas instituições da sociedade ou convencionalmente informais. No entanto, há muitas interligações e interacções entre os dois grandes tipos de actividade e organização: por exemplo, os vendedores ambulantes, vistos normalmente como participantes no sector dito informal, vendem produtos manufacturados do sector formal. Embora algumas actividades



convencionalmente informais estejam baseadas em habilidades tradicionalmente rurais, muitas delas, a maioria, resultam da modernização trazida pela urbanização em larga escala e que servem de indicador da integração da vida da população à indústria e ao consumo dos produtos industriais.

O dualismo na análise das actividades económicas pode ser percebido desde as abordagens teóricas sobre o trabalho. As definições teóricas do trabalho têm em comum o destaque dado à transformação da natureza pelo homem – uma transformação orientada para uma finalidade. Nas suas relações com categorias como o valor, a troca, o mercado, o consumo, a necessidade, o trabalho surge como produtor de valor de uso e valor de troca (mercadoria). No entanto, é comum relacionar o trabalho às actividades ou obrigações remuneradas, em oposição às actividades não remuneradas, consideradas como não-trabalho (Friedmann e Naville 1962:19-33).

A perspectiva marxista, ao abordar as relações de produção, e por isso, a estrutura de classes da sociedade, analisa o papel do trabalho no modo de produção capitalista. Assim, Marx distingue trabalho produtivo e trabalho improdutivo do ponto de vista do capital. O trabalho produtivo, no modo de produção capitalista, é “aquele que produz valor de mercadoria e, por conseguinte, valor excedente, para o capital”.<sup>4</sup> Trata-se de uma definição que exclui aquele trabalho que não é trocado por capital. Assim, os termos “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo” são determinações sociais, uma vez que a sua definição depende da forma social e não da utilidade ou forma concreta do trabalho. O trabalho pode ser considerado improdutivo quando “ocorre fora do modo de produção capitalista, mas também enquanto ocorrendo no seio dele, é utilizado [...] para funções improdutivas mais que produtivas” (Braverman, 1987: 347-358). Portanto, falta-lhe aqui a condição inerente à circulação em que o trabalho “não só em parte conserva e em parte reproduz os valores de capital adiantados, mas que simultaneamente os aumenta e, por conseguinte, ao criar a mais-valia, os transforma em valores que a si mesmos se valorizam, em capital”. (Marx, K. Capítulo Inédito de *O Capital*, p. 111)

Actualmente, o trabalho adquire uma nova forma, pois passa a “ser uma actividade exercida na esfera pública, onde o trabalho é definido e reconhecido por outros como uma actividade útil que é remunerada. O trabalho pago torna-se, portanto, o meio através do qual o indivíduo adquire existência e identidade social por ter uma profissão” (Silva 2002:161).

Os estudos (ex.: Lopes, Araújo e Hermind 1995) que, de certo modo, procuram abordar a economia urbana nas cidades de Moçambique, em Nampula em particular, procuram dar ênfase à pobreza urbana e ao dualismo económico, ou seja, aos denominados dois circuitos da economia urbana. Assim, tornou-se

comum classificar as actividades económicas em formais e informais, destacando o carácter público ou oficial do trabalho. Essas descrições referem simplesmente que é no sector do comércio onde a actividade informal é predominante pelo número de indivíduos envolvidos. Tais análises circunscrevem-se apenas às formas sociais de distinção do trabalho, pois

[...] o pequeno comércio [aquele descrito como informal] é a única ocupação que não exige capital inicial algum, nem a qualificação profissional ou alguma aptidão especial, nem instrução, nem o dinheiro, nem o local, nem as [protecções]. Esse é o único recurso daqueles que nada têm e para quem estão interditas todas as profissões, inclusive, por falta de engajamento [...]. (Bourdieu 1979: 63)

A economia dita informal não é uma série de actividades de sobrevivência realizadas por populações desprovidas e marginalizadas. Segundo Portes *et al* (1989), o dinamismo económico das actividades geradoras de rendimento não reguladas e o relativo alto nível dos rendimentos de muitos empreendedores ditos informais, às vezes acima do nível dos trabalhadores na economia convencionalmente formal, pode ser constatado tanto em países avançados industrialmente como em países pouco desenvolvidos. Na verdade, algumas actividades no chamado sector informal derivam de necessidades desesperadas para a obtenção de meios de subsistência de um trabalhador para a sua família. Mas, de forma similar, essa motivação pode levar um trabalhador a aceitar baixos salários no sector formal. Desse modo, a reflexão remete para a análise da economia dita informal não como eufemismo da pobreza, mas como uma forma específica de relações de produção, enquanto a pobreza é um atributo ligado ao processo de distribuição da renda. (Portes *et al*, 1989:12)

Os processos da economia dita informal cruzam a estrutura social inteira. É claro que a maior parte dos indivíduos engajados em actividades não reguladas, em Moçambique como em outros países do Terceiro Mundo, é pobre. Um enfoque, para além da aparência das condições sociais (pobreza e outras), através da análise da lógica do processo, permitirá centrar-se nas dinâmicas sociais, sublinhando a produção das condições sociais. Assim, de acordo com Portes *et al* (1989), a articulação entre as actividades reguladas e não-reguladas remete para uma redefinição das relações de produção. a economia informal não é, assim, uma condição individual, mas um processo de geração de rendimentos caracterizado por um aspecto central: "não é regulado pelas instituições da sociedade, num ambiente legal e social no qual actividades similares são reguladas" (op. cit.).

A distinção entre formal e informal – como formas sociais – tem sentido apenas numa economia de mercado regulada pelas instituições da sociedade e que denota a institucionalização das regulações pelo poder no mercado. Mas:

[...] as actividades incluídas no sector informal expressam a contradição capitalista entre a necessidade de expandir a massa dos assalariados e a incapacidade de garantir emprego seguro para a força de trabalho reproduzida dentro do sistema. Trata-se de uma oposição com uma variação espacio-temporal e segundo o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção. Nos países em desenvolvimento [...] há uma tendência para a proletarização de uma crescente proporção da força de trabalho urbana. (Portes *et al* 1989: 79)

Portanto, perante as contradições e desigualdades que caracterizam o desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista torna-se pertinente analisar o papel dos grupos domiciliares na economia urbana. Como unidade de rendimento – e de trabalho colectivo – o grupo domiciliar engaja-se numa multiplicidade de actividades de geração de rendimentos fora do espaço residencial, dentro ou fora da economia de mercado num processo que visa a reprodução de meios materiais e sociais para a sua própria existência e com esperança de melhorar o seu bem-estar. Sendo assim, o conceito de grupo domiciliar passa a estar ligado não apenas à estrutura física da habitação, da cozinha ou às relações de parentesco, mas tem que ser visto como um ponto de cruzamento de redes de relações sociais sem subordinação clara alguma nem entrelaçamentos perfeitos com outras redes (Douglass 1992:22) que assume um papel fundamental na reprodução da força de trabalho na cidade.

### Notas de referência

- 1 Um estudo profundo revelaria os fluxos de transferência de capitais acumulados em Nampula para outras regiões do país, com particular destaque para a capital do país.
- 2 Tradução livre do autor.
- 3 Tradução livre do autor.
- 4 Do ponto de vista do *processo de trabalho* em geral, apresentava-se-nos como *produtivo* aquele trabalho que se realizava num *produto*, mais concretamente numa mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, junta-se uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza directamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se *realiza* [...] numa *mais-valia* representada por um sobreproduto [...], num incremento *excedentário de mercadoria* [...]. (Marx, K., Capítulo Inédito de *O Capital*, p. 109).

